

Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização

Rui MORAIS

Resumo:

O presente texto aborda a problemática relativa à hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização. Nesse sentido são levantadas duas questões fundamentais, a primeira relativamente à integração e especificidade do Noroeste Peninsular no quadro da ocupação romana e a segunda prende-se com o significado do vinho e do azeite na estrutura alimentar.

Palavras-chave:

Noroeste Peninsular; Época Romana; Romanização; Vinho/Azeite.

1. INTRODUÇÃO

No contexto do NO peninsular as questões relativas à abundância de ânforas vinárias comparativamente à escassez de ânforas de azeite, têm sido de há longa data objecto de atenção por parte dos investigadores nacionais e internacionais. Dentre estes destacam-se os trabalhos de J. Naveiro Lopez (1991: 67-69), C. Carreras Monfort (1996: 205-210), Belém Campos Paiva (1993: 103) e Carlos Fabião (1993-4: 236; 1998: 169-198).

No entanto, entre os problemas que aguardam resposta permanece a questão de saber em que medida se pode entender, para a época compreendida entre os últimos decénios do período Tardo-Republicano e os meados do séc. I, aquela disparidade quantitativa.

Conscientes da complexidade desta problemática não podemos deixar de levantar duas questões, a nosso ver fundamentais. A primeira questão diz respeito à integração e especificidades do NO peninsular no quadro da ocupação romana e consequências económicas daí resultantes. A segunda questão prende-se, exclusivamente, com o significado na estrutura alimentar do vinho e do azeite, cuja presença ou ausência julgamos exemplificativa destas estruturas com uma função bem definida.

2. A ESPECIFICIDADE DO NO PENINSULAR NO QUADRO INICIAL DA "ROMANIZAÇÃO"

Ainda que possa aceitar-se a existência de novos aglomerados, ou *villae*, resultantes da ocupação romana dos territórios do NO, o certo é que, atendendo ao registo arqueológico e epigráfico, se verifica a sobrevivência de grande número de povoados fortificados ao longo de

todo o período imperial. Na verdade, a particularidade destes povoados fortificados, cruzando tradições culturais diferenciadas, residiu numa modalidade de ocupação bem adaptada ao meio ambiente em que se inseriam. Aqui, ao contrário de muitas regiões europeias, assistiu-se a uma solução de *habitat* estável e exclusiva, sobrevivendo mesmo à integração da região num estado de tipo imperial (Martins, 1987: 186). Com efeito, a continuidade da fixação destas comunidades em colinas e esporões, associada a factores de natureza geomorfológica e edáfica (vid. Martins, 1990: 198), não favoreceu uma situação propícia ao desenvolvimento de comunidades muito especializadas na agricultura. Esta situação fez com que, pelo menos até à dinastia Flávia, esta região tivesse mantido padrões não muito distintos duma economia de base agro-silvo-pastoril, característica das comunidades proto-históricas.

Se transpusermos o problema da organização do espaço para a região envolvente de *Bracara Augusta* a situação não nos parece muito distinta. De facto, independentemente de a fundação da cidade ter implicado a expropriação de terras e/ou o abandono compulsivo de pequenos povoados de baixa altitude (Martins, 1995: 107), é, de crer, que a organização dum sistema ordenado de povoamento, cuja realização levaria certamente largos anos, apenas teria sido plenamente consumada em período flaviano.

Naturalmente, o modelo económico que acompanha a expansão das terras cultivadas e a instalação de *villae*, com o conseqüente abandono de alguns dos povoados fortificados, teria levado ao aparecimento de um sistema de produção e consumo baseado na complementaridade e apoio recíproco da economia agrária romana e da economia silvo-pastoril de tradição anterior. Disso são testemunho os estabelecimentos rurais que parecem organizar-se prioritariamente em função do abastecimento da cidade e cuja sobrevivência dependeria, tanto da cidade, como dos povoados indígenas (Martins, 1990: 223).

Por outro lado, as mudanças culturais, resultantes da ocupação romana dos territórios do NO, desempenharam ainda um papel considerável na exploração sistemática dos recursos. Todavia, como refere Manuela Martins (1991: 107), o estímulo cultural e o grande dinamismo económico que afectou a região nos inícios do séc. I, sugeridos pelos objectos de adorno (alfinetes, fíbulas, contas de colar), juntamente com *sigillatas* e ânforas vinárias, não chega para testemunhar uma alteração dos modos de vida das comunidades da Idade do Ferro, nem tão pouco os hábitos de mesa, certamente importantes no processo de aculturação em curso.

Conquanto os dados sejam escassos vários autores admitem que, a partir da 2ª metade do séc. I, o abandono de alguns povoados de menor importância estratégica, em simultâneo com a proliferação de novos *habitats*, tipo *villae* e casais, são testemunho duma intensificação do processo de romanização que se acentua a partir dos Flávios (Le Roux e Tranoy, 1973: 177 e sg.). Este contexto está também testemunhado no território Entre Sousa e Tâmega. Aqui as estações e materiais disseminados em zonas baixas e abertas, situadas junto das melhores terras agrícolas e próximas das vias de comunicação, são datáveis dos finais do séc. I, ou mesmo de momentos posteriores (Almeida, 1983: 192; Soeiro, 1984: 24-6).

A este processo inicial de integração segue-se um novo período em que se destaca o abandono de grande parte dos estabelecimentos tradicionais. Trata-se, segundo García y Bellido (1966: 189), de uma autêntica "revolução urbana" que proporcionou um novo reordenamento do *habitat*, qualitativamente diferente, em simultâneo com o desenvolvimento do artesanato e a sedimentação de grande parte dos eixos viários.

3. A MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS ALIMENTARES: O PAPEL DO VINHO E DO AZEITE

3.1. O VINHO

O vinho, como bebida de prestígio, foi um produto característico das festas e das relações de convívio, detendo um lugar importante nos festins. De facto, e ainda que não sejam inconcebíveis festins sem embriaguez, sabemos que desde épocas remotas da humanidade, muito antes da invenção das bebidas fermentadas, foram utilizadas plantas alucinogénias para provocar uma espécie de embriaguez convivial (Flandrin, 1998: 24). A este respeito as fontes clássicas repetem incansavelmente que os povos bárbaros bebiam o vinho no seu estado puro, não o misturando com água.

Se associarmos as referências das fontes clássicas aos dados obtidos pela arqueologia facilmente nos apercebemos da importância do vinho no contexto dos povos do norte da península e, em particular, na zona que nos interessa, o NO peninsular. É neste sentido que se deve entender a célebre referência de Estrabão (III, 3, 7) sobre os povos do norte peninsular quando refere: "*Bebem zhytos [espécie de cerveja] e raramente vinho e o pouco que conseguem depressa o consomem em banquetes familiares. Em vez de azeite usam manteiga. Comem sentados em bancos construídos em redor dos muros, ocupando os lugares segundo a idade e a dignidade, fazendo circular a comida de mão em mão...*".

Começemos pelos dados arqueológicos. Parece indiscutível que o consumo do vinho se propagou por todo o NO, primeiro como bebida de prestígio, depois como bebida comum ou de luxo de acordo com a origem e qualidade do produto. São disso testemunho a presença de ânforas vinárias de importação às quais atribuímos dois grupos distintos: – ao 1º grupo pertencem as ânforas republicanas Dr. 1 e Lamb. 2, datáveis dos finais do período tardo-republicano, normalmente associadas a um consumo de prestígio por parte das comunidades indígenas (Fabião, 1989: 100-111; Naveiro López, 1991: 63; Paiva, 1993); – ao 2º grupo corresponde um número mais elevado de ânforas originárias das mais distintas áreas do Império e cuja generalização no NO peninsular se situa entre os meados do séc. I a.C. e meados da centúria seguinte (cfr. Naveiro López, 1991: 63). Neste grupo estão representadas as ânforas que transportavam vinho de melhor qualidade [Dressel 2-4 de proveniência egeia e itálica e Tipo Ródio] e menor qualidade [Dressel 2-4 de imitação, originárias da Narbonense, da Tarraconense e da Bética; Haltern 70, provenientes da Bética, e outras formas provenientes da Tarraconense, especialmente a forma Pascual 1]. De todas estas destacam-se as ânforas Haltern 70, dado representarem, praticamente, cerca de 80% do conjunto das ânforas do NO (Fabião, 1989: 110-111; Naveiro López, 1991: 63-67; Paiva, 1993; Carreras Monfort, 1996: 205-6; Morais, 1998).

A existência nesta área, pelo menos até meados do séc. I, de um comércio a longa distância, testemunhado, entre outros materiais importados, pela presença esmagadora das ânforas vinárias Haltern 70, permite duas constatações básicas: por um lado, a manutenção de alguns dos hábitos alimentares indígenas, por outro, a ausência da prática da vitivinicultura. Se a primeira facilmente se depreende da análise crono-cultural dos testemunhos arqueológicos resultantes das escavações dos castros e da cidade de *Bracara Avgvsta*, a segunda parece-nos

mais difícil de comprovar no estado actual dos nossos conhecimentos. De facto, ainda que estudos de paleocarpologia realizados pela Universidade de Santiago, a partir de análises comparativas de macrorestos de sementes provenientes de povoados indígenas com ocupação da Idade do Bronze-Ferro e de época romana, permitam avançar a hipótese duma acentuada ruptura nos modos de produção e abastecimento de alimentos entre aquelas fases cronológico-culturais (Dopazo Martínez, Fernández Rodríguez e Ramil-Rego, 1996: 317), e apesar da presença da videira como planta silvestre desde o final do Terceário, os estudos realizados pela mesma Universidade (*id.*, 322) parece indicarem uma ausência do cultivo sistemático da vinha em época romana, dada a sua escassa presença nas amostras paleocarpológicas, antracológicas e nos diagramas polínicos.

Assinale-se, todavia, que alguns testemunhos arqueológicos da existência de eventuais lagares e lagaretas escavadas nas rocha para a prensagem de uvas, no interior ou nas imediações de algumas estações arqueológicas (Soeiro, 1984: 41-2; 127; Dopazo Martínez, Fernández Rodríguez e Ramil-Rego, 1996: 321; Almeida, 1996: 24; Almeida, Pinto e Almeida, 1997: 15-24; Calo Lourido, 1997: 113), parecem contrariar, para esta região, a ausência da prática da vitivinicultura. A resposta a esta questão deverá, no entanto, ser de ordem cronológica e aqueles vestígios considerados dos finais do período romano ou mesmo pós-romanos. Exemplo disso é a identificação de uma *cella vinaria*, composta por *torcularium* e *apotheca* nas escavações do Castelo da Pousa da Fonte do Milho, Peso da Régua. Segundo Russel Cortez (1951: 78-81; 87-88), tais estruturas pertenciam a um conjunto mais amplo de uma *uilla* rústica do séc. III e IV, também responsável pela produção de azeite¹.

Dadas estas considerações, julgo poder afirmar-se que a questão da produção vitivinícola não se deve colocar para a região do NO peninsular, pelo menos até os meados do séc. I. O cultivo da vinha representa uma tarefa plena de exigências e, a sua plantação, para além de representar uma inversão de carácter agrícola, requer um cuidado prolongado e apenas apresenta benefícios a longo prazo. É, aliás, sabido que não basta aclimatar uma espécie alimentar a um território novo para que, automaticamente, os seus habitantes a adoptem. Por outras palavras, as estruturas alimentares ligadas ao cultivo da vinha não teriam sido imediatamente adoptadas pelas populações indígenas romanizadas, mesmo se algumas regiões do NO oferecessem condições favoráveis à sua aclimatização.

3.2. O AZEITE

A escassez das conhecidas ânforas Dressel 20 no NO peninsular tem sido reiteradamente sublinhada por quantos têm estudado a região (Naveiro, 1991: 67-69; Paiva, 1993: 103; Fabião, 1993-94: 236; Morais, 81-82). Não se trata de uma deficiente avaliação dos dados disponíveis.

Como bem sublinha Carlos Fabião (1993-94: 239), existe uma “ampla e diversificada” informação para o NO que permite, desde logo, afastar a hipótese de se tratar apenas duma

¹ Segundo Jorge de Alarcão este estabelecimento parece ter sido desde o início uma exploração agrária (Alarcão, 1991: 111).

deficiente “geografia de investigação”. Tal situação não deixa de causar alguma perplexidade, visto que se trata duma região onde a olivicultura não encontra as condições ideais de desenvolvimento.

Como se sabe o cultivo da oliveira em época romana no Norte de Portugal e na Galiza não está testemunhado pelas referências paleobotânicas que correspondem a estudos antracológicos realizados na região do Minho (Figueiral, 1990; Figueiral *in* Bettencourt 1999) e Trás-os-Montes (Figueiral *in* Sanches 1992; Figueiral 1995) e a estudos polínicos realizados nos maciços Galaico-Minhotos e no extremo ocidental da Península Ibérica pela Universidade de Santiago. Nos diagramas polínicos registou-se apenas a presença da oliveira como planta silvestre (*Olea sylvestris* L.), testemunhada no final da Idade do Bronze, ou mesmo ainda em períodos anteriores à adopção da agricultura (Ramil-Rego, 1992; Ramil-Rego 1993; Dopazo Martínez, Fernández Rodríguez e Ramil-Rego, 1996: 322-3; Ramil-Rego *et alii*, 1998).

Como explicar estas ausências dada a importância do azeite na alimentação, na conservação de alimentos e na iluminação? A resposta a estas questões é complexa.

Entendemos que a questão poderá ser parcialmente explicada se atendermos à conhecida referência de Estrabão (III, 3, 7) quando menciona que os povos do norte “*em vez de azeite usam manteiga...*”. Parece-nos, contudo, que esta simples citação não resolve de modo conclusivo aquela problemática. Devemos, por isso, esboçar uma leitura mais ampla sobre a importância do uso das gorduras animais de modo a melhor contextualizar a fraca apetência pelo azeite entre os povos do NO peninsular, ao longo do período crono-cultural que temos vindo a tratar.

O uso e consumo das gorduras animais pelos povos do NO peninsular decorre, naturalmente, das formas de organização económica baseadas na autosuficiência alimentar, explicando – como já se acentuou – a fraca presença do azeite como produto constante da dieta alimentar. Por sua vez, o consumo das gorduras animais fazia parte das estruturas alimentares com uma presença e uma função bem definidas.

Como se sabe, a par da agricultura e da exploração mineira, a economia dos povos do NO peninsular tinha como fonte de subsistência a criação de gado em regime silvo-pastoril. Os autores clássicos, principalmente Estrabão, referem que o gado era abundante entre os povos do norte (III, 154), que sacrificavam bodes e cavalos a uma divindade idêntica a Ares grego (*Mars Cosus*). O gado bovino e suíno constituía a base da alimentação destes povos do Norte peninsular, como se depreende ainda das referências de Estrabão (III, 162; 155) quanto à fama dos presuntos cantábricos e cerretanos e o já mencionado uso da manteiga em vez de azeite.

Para a problemática que temos vindo a analisar interessa-nos em particular o gado suíno. A este respeito mais uma vez as fontes clássicas nos elucidam sobre a importância do consumo do porco e uso da sua gordura como subproduto constante da dieta alimentar. Trata-se, de novo, da referência de Estrabão quando, no seu livro III (4, 11), se refere à utilização da gordura deste animal como substituto do azeite.

Corroborando estes dados fornecidos pelas fontes, temos as evidências proporcionadas pelos vestígios arqueozoológicos que confirmaram para o NO peninsular, para além do gado bovino (*Bos Taurus*) e ovicaprídeo (*Ovis Aries/Capra Hircus*), a presença dos suínos (*Sus Domesticus*) na dieta alimentar destas comunidades (Penedo Romero, 1980: 68-69; Calo Lourido, 1997: 157).

A bem ver a problemática da utilização das gorduras animais não é apenas característica das comunidades da Idade do Ferro. De acordo com os dados disponíveis pressupõe-se a continuidade do uso das gorduras animais no contexto da romanização do NO peninsular. Como testemunho desta situação temos, para além da escassa representação dos contentores de azeite ao longo de todo o período imperial, os dados obtidos pelas análises arqueométricas realizadas na Universidade de Santiago que demonstram que a romanização do NO peninsular não parece ter implicado uma transformação dos sistemas pecuários característicos das povoações indígenas (Dopazo Martínez, Fernández Rodríguez, Ramil-Rego, 1996: 294)².

Se, como vimos, a escassa representação das importações de azeite pode ser parcialmente explicada para o período tardo-republicano e os meados do séc. I, o mesmo não se pode dizer relativamente à representação exígua deste produto desde a época flávia até ao período baixo-imperial.

Duas hipóteses de explicação a esta problemática são possíveis ou mesmo complementares:

– a primeira admite a possibilidade de, a partir da leitura controversa duma passagem de Estrabão (III, 3, 6), o azeite necessário para o consumo local ter sido assegurado pela produção da própria região duriense (Fabião, no prelo), que F. Sande Lemos parece corroborar (1993: 457), quando propõe que o cultivo e produção da oliveira se tivesse iniciado em época romana em locais onde se estabeleceram as *villae* da Terra Quente e do Planalto de Alijó, aproveitando os sítios abrigados e micro climas apropriados para o seu desenvolvimento. A identificação de um lugar de azeite na *uilla* rústica Baixo Imperial do Castelo da Pousa da Fonte do Milho parece, aliás, vir em reforço desta possibilidade³;

– a segunda relativa à escassez deste produto, como resultado da continuidade do uso das gorduras animais, constante da dieta alimentar das comunidades do NO peninsular⁴. Esta continuidade deverá então ser entendida no quadro da manutenção duma prática eminentemente cultural. Esta prática é, aliás, corroborada pela informação disponível sobre as dietas das ordens religiosas da Antiguidade Tardia onde se regista um maior consumo de azeite para os monges meridionais do que para os monges setentrionais.

² Neste estudo o porco (*Sus Domesticus*) aparece como o terceiro componente principal das actividades pecuárias galaico-romanas, evidenciando um aproveitamento básico da carne que de acordo com os autores poderá ser testemunho dum momento de “*relación óptima entre magro y grasa*” (*id.*, 295).

³ De acordo com Orlando Ribeiro (1991: 94), a introdução da oliveira em lugares setentrionais apenas se faz durante a Idade Média, ainda que de modo isolado. Para o mesmo autor (*id.* 139), em Trás-os-Montes, onde as condições climáticas são mais favoráveis à difusão da oliveira do que Entre Douro e Minho, a propagação da cultura da oliveira não remonta além do séc. XVI.

⁴ Sob outro ponto de vista, a análise de substâncias conservadas em reservatórios de lucernas (através do conhecido método de cromatografia em estado gasoso) poderá, no futuro, vir a esclarecer se, para além do uso do azeite, se empregaria outro produto alternativo na iluminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se combinarmos os dados arqueológicos com as fontes disponíveis facilmente se depreende que entre os fins do séc. I a.C. e meados da centúria seguinte as comunidades do NO peninsular incorporaram o vinho nas suas dietas, demonstrando pouca apetência pelo consumo do azeite, que substituíram pelas gorduras animais e seus derivados. Esta constatação leva a crer que as exíguas ânforas testemunhadas no NO para o transporte de azeite seriam destinadas a um grupo cultural ou étnico concreto, disposto a pagar preços elevados pela sua aquisição.

O consumo do álcool é um caso diferente do do azeite, já que parece ser prática universal a rápida adopção de novas bebidas, dada a sua função integradora nas relações sociais e no estabelecimento de novos laços através da demonstração de hospitalidade (Marshall, 1979; Farb e Armelagos, 1980: 180; Dietler, 1990: 352; 374).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1991) – *O domínio romano em Portugal*, Forum de História, publicações Europa América, Mem Martins, 1991.
- ALMEIDA, C. A. B. (1996) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, tese policopiada, 1996.
- ALMEIDA, C. A. B.; PINTO, P. J. C. e ALMEIDA, P. M. D. B. (1997) – “Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó)”, *Douro – Estudos & Documentos*, vol. II (4), Porto, 1997, 15-24.
- ALMEIDA, C. A. F. (1983) – *O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação*, Estudos de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia, Compostela, 1983.
- CALO LOURIDO, F. (1997) – “A Cultura Castrexa”, *Historia de Galicia*, 3, Edicións A Nossa Terra, Santo Tirso, 1997.
- CARRERAS MONFORT, C. (1996) – “El comercio en Asturia a través de las ánforas”, *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad*, Fernández Ochoa (ed.), Gijón, 1996.
- DIETLER, M. (1990) – *Driven by the drink: the role of drinking in the political economy and the case of Early Iron Age France*. *Journal of Anthropological Archaeology*, 9, 4, 1990, 352-406.
- DOPAZO MARTÍNEZ, A.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. e RAMIL-REGO, P. (1996) – “Arqueometria aplicada a yacimientos Galaico-Romanos del NW Peninsular: valoración de la actividad agrícola y ganadera”, Ramil-Rego, P., Fernández Rodríguez Guitián, M. (eds.), *Biogeografía Pleistocena –Holocena de la Península Ibérica*, Universidade de Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1996, 317-332.
- ESTRABÃO (séc. I) – *Geografía. Livros III-IV*, (trad. intr. E notas M^a José Meana y Félix Pinero), Biblioteca Clássica Gredos, 169, Editorial Gredos, Madrid, 1992.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento da Lomba do Canho (Arganil)*, UNIARQ-INIC, Lisboa, 1989.
- (1993-4) – “O azeite da Baetica na Lusitania”, *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1993-4, 219-246.
- (1998) – “O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, n^o 1.
- (no prelo) – “O estudo das ânforas”, in Gonçalves, V.S. (ed.), *A arqueologia em Portugal: Anos 90*.
- FARB, P. e ARMELAGOS, G. (1980) – *Consuming passions. The anthropology of eating*, Boston, 1980.
- FIGUEIRAL, I. (1990) – *Le Nord-Ouest du Portugal et les Modifications de l'Ecosysteme, du Bronze Final a l'Epoque Romaine, d'apres l'anthracanalyse de sites archeologiques*, These. Universite Montpellier II. Sciences et Techniques du Languedoc, 1990.
- (1992) – “Primeiros resultados antracológicos do planalto Mirandês. Os povoados do Barrocal Alto e do Cunho”, in M^a J. Sanches, *Pré-história recente do planalto Mirandês (leste de Trás-os-Montes)*, GEAP – monografias arqueológicas, Porto, 155-160.
- (1995) – “Charcoal analysis and the history of *Pinus pinaster* (cluster pine) in Portugal”, *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, 441-454.

- (1999) – “O povoado da Santinha (Amares, Braga), O povoado de S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso), O povoado de S. Julião (Vila Verde, Braga), O povoado da Sola (Braga): o contributo da antracologia, in A. Bettencourt, *A paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o IIº e o I milénio A.C.*, Universidade do Minho, Braga (tese de Doutoramento), policopiada, 571-580, 611-614, 839-849, 943-950.
- FLANDRIN, J.-L. (1998) – “A Humanização dos Comportamentos Alimentares”, *História da Alimentação. 1. Dos primórdios à Idade Média*, Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (dir.), Terramar, Lisboa, 1998, 17-24.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1966) – *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*, Madrid, 1996.
- JAIME ALVAR (1995) – “De Argantonio a los romanos. La Iberia protohistórica”, *Historia de España*, 2, Historia 16, Madrid, 1995.
- LE ROUX, P. e TRANOY, A. (1973) – “Rome et les indigenes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire”, *Mélanges de la Casa Velasquez*, vol. IX, Paris, 1973.
- LE MOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, vol. I – b, Universidade do Minho, Braga, 1993, tese policopiada.
- MARSHALL, M. (1979) – *Beliefs, behaviours and alcoholic beverages* (eds.), Michigan, 1979.
- MARTINS, M. (1990) – “O povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado”, *Cadernos de Arqueologia, Monografias*, 5, Braga, 1990.
- (1991) – “O Povoado Fortificado de S. Ovídio, Fafe. Resultados Preliminares”, *Cadernos de Arqueologia, Monografias*, 6, Braga, 1991.
- (1995) – “A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação”, *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995, 73-114.
- MORAIS, R. (1998) – “As ânforas da Zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*”, *Cadernos de Arqueologia, Monografias*, 8, Braga, 1998.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991) – *El Comercio Antiguo en el N. W. Peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*, Monografias Urxentes do Museu, n.º 5, Museu Arqueológico, Corunha, 1991.
- PAIVA, M. B. C. (1993) – *Ânforas Romanas de Castros da Fachada Atlântica do Norte de Portugal*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, Porto, 1993, tese policopiada.
- PENEDO ROMERO, R. (1995-6) – “Informe sobre los restos óseos del yacimiento castreño de Punta dos Prados (Ortigueira, A Coruña). Campañas de 1987 e 1988”, *Brigantium*, vol. 9, Museu Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón, Corunha, 1995-6.
- RAMIL REGO, P. (1992) – *La vegetación cuaternaria de las Sierras Septentrionales de Lugo, a través del análisis polínico*, Faculdade de Biología, Universidade de Santiago (tese de doutoramento), Santiago, policopiada.
- (1993) – “Evolución climática e história de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico, in A. Pérez Alberti, L. Guitián Rivera, P. Ramil Rego (eds.), *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, Xunta de Galicia, 25-60.
- RAMIL REGO, P.; MUÑOZ-SOBRINO, C.; RODRÍGUEZ-GUITIÁN, M. e GÓMEZ-ORELLANA, L. (1998) – “Differences in the vegetation of the North Iberian Peninsula during the last 16, 000 years”, *Plant Ecology*, 138, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, 41-62.
- RIBEIRO, Orlando (1991) – “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*, vol. IV, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 85-170.
- (1991) – “Aux confins du domaine méditerranéen. L'Olivier dans le Nord-Ouest du Portugal”, *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*, vol. IV, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 171-189.
- SOEIRO, T. (1984) – “Monte Mòzinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana”, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série – n.º 1, Penafiel, 1984.
- THOLLARD, Patrick (1987) – “Barbarie et Civilisation chez Strabon. Etude Critique des livres III et IV de la Géographie”, *Centre de Recherches D'Histoire Ancienne*, vol. 77, A. L. U. B. 365, Les Belles Lettres, Paris, 1987.